

*Campesino
Ewerthon*

JEAN DRESCH

RAYMOND GUGLIELMO

ORLANDO VALVERDE

MILTON SANTOS

JEAN TRICART

REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA

*Phaen agebeann
para Ewerthon, 20. julho
14.7.1980*

EDICÕES

agb
são paulo

GEOGRAFIA E DIALÉTICA*

Raymond Guglielmo

A Geografia ocupa, entre as diversas disciplinas científicas, um lugar muito particular, que se deve, ao que parece, a três características importantes.

Primeiro, ela é ao mesmo tempo uma ciência natural e uma ciência humana. Mas a Geografia física e a Geografia humana utilizam uma metodologia diferente e visam a um objeto diferente. Cada uma tem sua existência própria, e não é possível considerar uma como simples anexo ou prolongamento da outra. A unidade da Geografia não é menos real e profunda, resultando da unidade dialética das relações entre o homem e a natureza.

Uma segunda característica é o desenvolvimento relativamente recente de uma nova fase de progresso da Geografia física, pela introdução de procedimentos de análise mais minuciosos. Com efeito, a Geografia física passa por um florescimento de hipóteses que testemunham seu dinamismo, mas que necessitam também de um esforço crítico mais sério.

* Título do original: *Geographie et Dialectique*, publicado em *La Nouvelle Critique*, nº 68, sept./oct. 1955, pp. 143-155. Traduzido por uma equipe da AGB - Seção São Paulo.

Em terceiro lugar, a Geografia é, por excelência, uma disciplina constantemente solicitada pela política. Não se chegou até a querer fundar, com a Geopolítica, uma ciência que reunisse os dois tipos de especulação? Se é lógico que uma política queira fundamentar-se na Geografia, como na Economia Política, na História ou na Sociologia, é também bastante frequente ver uma outra política, para se justificar a todo custo, exigir pseudoverdades que a simples honestidade científica obriga a denunciar. Não é, por exemplo, num determinismo mecanicista, do meio natural sobre o homem, que se apóiam o racismo e o colonialismo?

Compreende-se pois que a procura da verdade científica em Geografia esteja semeada de múltiplos obstáculos. Mas esses obstáculos não são os mesmos; são de origens diferentes em Geografia física e em Geografia humana. Eis o que importa mostrar claramente.

Durante muito tempo, a Geografia física caracterizou-se ao mesmo tempo por uma descrição insuficiente das formas e dos processos e pela limitação do domínio das suas pesquisas (praticamente circunscrito aos países temperados). Assim, generalizava-se a partir de dados insuficientes. Chegava-se a dar explicações falsas da realidade com uma lógica frequentemente persuasiva na aparência, mas procedente, de fato, de um esquematismo

mo estéril¹. Desse modo, J. Tricart critica, com justa razão, o finalismo e o antropomorfismo implícitos na noção de ciclo da erosão, o dogmatismo ligado à noção de erosão normal ou ainda a hipótese dos piédmonttreppen de W. Penck, apesar de esta última constituir uma reação dinâmica às teorias anteriores. Poder-se-ia ainda acrescentar a explicação dos fenômenos climáticos numa época em que ainda se ignorava a existência de massas de ar e frentes meteorológicas.

Esta ruptura entre a análise dos fatos e a elaboração das teorias, esta limitação das pesquisas a um domínio restrito da superfície da Terra parecem ser as causas principais do atraso da Geografia física até há pouco tempo. Elas estão ligadas ao fato de que os problemas específicos de hidráulica, de mineralogia, de pedologia, etc. eram confiados a engenheiros e técnicos. Divisão de trabalho muito perigosa, pois "esses técnicos não abordam os problemas fundamentais: não têm nem tempo nem vontade para tanto, pois sua formação não os orientou nesse sentido. Em geral não dominam a complexidade das questões e freqüentemente só chegam a soluções de detalhe, insuficientes e até perigosas por suas conseqüências indiretas, que ainda não foram estu

1 J. Tricart, "La Géomorphologie et la pensée marxiste" *La Pensée*, nº 47.

dadas¹.

É certo que, se quiséssemos chegar a uma exploração racional dos recursos da Terra e eliminar, por outro lado, os perigos que resultam de uma exploração anárquica desses recursos, se quiséssemos combater o caráter, nocivo para o homem, de certos processos naturais e utilizá-los para aumentar seu domínio sobre a natureza, teríamos que impulsionar ao máximo o desenvolvimento de uma ciência, cujo progresso é uma condição indispensável à realização de tais objetivos.

Portanto, não é possível separar o atraso da Geografia física da indiferença observada com relação aos trabalhos dos geógrafos físicos por uma classe dirigente mais preocupada em obter imediatamente os lucros mais elevados, pela exploração das riquezas naturais mais acessíveis, do que na exploração racional da terra com o objetivo de assegurar o máximo de satisfação das necessidades de seus habitantes. É mais interessante, para essa classe, recorrer às técnicas de detalhe e não à Geografia física.

Mas a explicação é insuficiente, pois desde o primeiro início foi fácil perceber que o simples estudo científico de certos problemas (os de erosão dos solos, por

1 J. Tricart, "La Géomorphologie et la pensée marxiste".
La Pensée nº 47.

exemplo) tornaria evidente a responsabilidade do sistema capitalista pela exploração predatória dos recursos naturais. Desde então a indiferença pelos progressos da Geografia física será substituída pela hostilidade.

Por certo o agravamento pelo homem dos processos de erosão sempre existiu, mas só adquiriu toda a sua amplitude com o desenvolvimento das grandes rivalidades inter-imperialistas, nas últimas décadas do século XIX. A necessidade de aumentar os lucros rapidamente para se manter na concorrência mundial levou, então, a uma pilhagem desordenada dos recursos naturais, que não parou de se agravar desde aquela época: "A erosão dos solos é maior lá onde o capitalismo instaurou as especulações agrárias mais desenfreadas; o sul e o oeste dos EUA, a África colonial, as plantações de café do Brasil, são os exemplos mais gritantes"¹. À medida que essa pilhagem toma proporções mais consideráveis, cresce o desejo das classes dirigentes de mascarar os efeitos. Assim se explica a data relativamente recente do desenvolvimento de sua resistência aos progressos científicos passíveis de colocar plenamente em evidência o papel nefasto de sua dominação econômica.

Ora, é mais ou menos no mesmo período que a Geogra

¹ J. Tricart, artigo citado.

ria física começou a se desembaraçar parcialmente dos aspectos mais estereis de seu idealismo e a realizar progressos mais rápidos. Na realidade, esse aparente paradoxo encontra sua explicação nas próprias contradições que caracterizam a burguesia em sua busca do lucro. Para ampliar as fontes desse lucro, ela foi levada a explorar riquezas ainda não utilizadas (hidroeletricidade, petróleo, bauxita, etc.). Nada há de surpreendente que ela se interesse mais do que no passado pelo trabalho dos geógrafos, no momento em que seus empreendimentos devem se apoiar em pesquisas cada vez mais complexas, levando em consideração a evolução geomorfológica dos grandes conjuntos regionais, e isto precisamente no momento em que a Geografia física envereda por caminhos mais eficazes.

Certamente, a participação do geógrafo na pesquisa continua a ser muito limitada: encontrar "vestígios de antiga topografia... ajudar a encontrar o prolongamento de alguma linha-de-pedra contendo substâncias úteis - a tanto se limita, nos países capitalistas, a utilização prática da geomorfologia"¹. Um certo impulso não deixou de ser dado à pesquisa pelo aparecimento de novos setores de lucro para o grande capital. E, na realidade, esse impulso foi decisivo num domínio preciso como a climatologia, beneficiária dos rápidos progres-

¹ J. Tricart, artigo citado.

tos efetuados pela meteorologia em relação às necessidades da navegação aérea.

Mas esse impulso ficou, na aparência, muito limitado pelo medo fundamental das classes dirigentes de ver sua política nefasta colocada em evidência por um progresso da Geografia física. Assim, esse progresso é devido, sem dúvida, muito mais ao movimento próprio da Geografia, sob a forma de uma reação consciente dos geógrafos contra o idealismo estéril da fase precedente. Esses progressos residem, antes de mais nada, numa observação objetiva e minuciosa dos fatos e dos processos (observações aerológicas em climatologia, descrição mais objetiva do relevo graças à morfometria, análise granulométrica, substituição da noção de morfologia normal pela de morfologia climática, estudo dos processos de erosão periglaciais, semi-áridos e áridos, etc.). Pode-se indagar se J. Tricart, em seu estudo, não subestima essa corrente. Certamente, o idealismo dogmático em Geografia física não desapareceu, nem os fatores que o explicam, mas a tendência de colocar essa ciência sobre bases objetivas parece agora solidamente enraizada. Em compensação, será que J. Tricart não superestima a amplitude dos progressos que doravante permitirão realizar as tendências simplesmente "objetivas" da maior parte dos geógrafos físicos atuais e a "ruptura consciente com as especulações abstratas e idealistas da geo-

morfologia clássica"?¹ A observação objetiva dos fatos e processos imediatamente reveláveis constitui inegável progresso. Mas as paisagens naturais são o resultado sempre questionado da convergência de uma infinidade de processos, uns atuais, outros mais ou menos antigos, cujas reações mútuas se efetuam dialeticamente. Sua análise implica em pesquisar, através de sua unidade, os movimentos contraditórios que nosso espírito cartesiano tende a julgar excludentes entre si. "O pensamento dialético nada mais faz que: refletir o reino, na natureza inteira, do movimento por oposição dos contrários, que por seu conflito constante e sua conversão final um no outro, ou em formas superiores, condicionam de forma precisa a vida na natureza"². Foi aplicando mais ou menos empiricamente um tal método dialético que se chegou, por exemplo, à noção de perfil de equilíbrio, pondo em jogo a luta contínua entre a força dos cursos de água e sua carga sólida, ou à de superfície poligênica, resultante da luta entre as diversas manifestações da tectônica e os diversos processos de erosão, segundo as variações das condições de clima e de relevo.

Cada um dos recentes progressos da Geografia física (zonalidade bio-morfo-climática, neotectônica, etc.) merecem ser novamente fecundados por uma revisão siste

1 J. Tricart, artigo citado.

2 F. Engels, *Dialectique de la nature*. Editions Sociales, 1952, p. 213

mática a ser feita segundo o método dialético. A simples observação "objetiva" dos fatos e dos processos é sem dúvida, para a Geografia física, uma etapa, pela qual nos devemos congratular, mas é necessário ultrapassá-la, se quisermos evitar recair, apenas um pouco além do ponto de partida, na rotina do idealismo e se quisermos tirar total proveito das novas possibilidades de progresso que se oferecem a uma ciência que se fundamenta no estudo e na aplicação das leis da natureza aos fatos da Geografia.

É para esta via, doravante, a única verdadeiramente produtiva que devemos encaminhar os geógrafos. Mas ela está semeada de obstáculos, devidos não a uma oposição dos meios geográficos universitários, onde se vê, ao contrário, o desejo real de ir aos fatos e às explicações objetivas, mas à influência esterilizante que a classe dirigente se esforça por exercer sobre a Geografia física na fase atual de seu desenvolvimento, tanto no plano das idéias como no dos meios materiais de pesquisa. O que, de fato, importa para ela atualmente é desviar o estudo de todos os fatores complexos do meio físico e orientar a pesquisa para um praticismo capaz de lhe dar ajuda concreta nos seus empreendimentos, sem correr o risco de colocar em evidência sua responsabilidade nos aspectos negativos da ação do homem frente

à natureza. Aliás, os próprios trabalhos de Marx e de Engels, ao esclarecer o papel das leis da natureza e sua ação dialética, mostram que todos os ramos da Geografia física são solidários, permitindo compreender que a desconfiança com relação a essa ciência se exerce primeiro com relação às pesquisas metodológicas, suscetíveis de engajar o conjunto da geografia física numa nova visão. "No domínio da natureza", escreveu J. Stalin, "a descoberta e a aplicação de uma nova lei ocorre mais ou menos¹ sem entrave"². Aqui, o entrave é tanto sério quanto o estudo da aplicação das leis da natureza em Geografia solapa indiretamente os fundamentos ideológicos da dominação da burguesia, devido à unidade da Geografia. Essa resistência pode ser menos violenta do que em Geografia humana, porque a ameaça é menos direta; mas não é menos real.

A interpretação correta desta unidade da Geografia reveste-se, portanto, de grande importância. É uma condição necessária aos progressos científicos, tanto em Geografia física como em Geografia humana. Mas ela parece particularmente delicada. Embora dois antagonistas, o homem e a natureza, estejam inseparavelmente liga-

1 Grifo do autor.

2 J. Stalin, "Les problèmes économiques du socialisme en URSS", *Cahiers du Communisme*, nº especial nov. 1952, p. 36.

dos, eles obedecem a leis diferentes. Para compreender de maneira justa o papel do meio natural na vida dos grupos sociais, é preciso ter um conhecimento prévio e exato dos fatores que determinam a ação do homem sobre a natureza, fatores que procedem da Geografia humana. Inversamente, para compreender com justeza a influência do homem sobre o meio natural, é preciso um conhecimento prévio de todos os fatores independentes do homem na evolução desse meio físico.

Mas não basta compreender aquilo que cada um traz de si nesta luta dialética; é preciso compreender os aspectos próprios da luta, e em que ela modifica cada um dos dois protagonistas. Ademais, se a observação das modificações, registradas pelo meio natural resultantes da ação passada ou presente do homem é da alçada exclusiva da Geografia física, a explicação deve se ligar ao mesmo tempo aos processos econômicos e sociais (ação do homem) e aos processos naturais (a reação do meio físico). Da mesma maneira, se os resultados da influência do meio sobre a vida dos grupos sociais são o objeto de estudo exclusivo da Geografia humana, sua explicação deve levar em conta, por sua vez, os processos naturais que entram em jogo e as modificações que o próprio homem introduziu no desenvolvimento desses processos, cuja ação é assim transformada.

Mas, tanto num caso como noutro, não são as leis

científicas, que regem esses processos, que se encontram modificadas, mas somente as modalidades concretas de sua aplicação. Um desmatamento pode, suprimindo a cobertura vegetal, provocar o desencadeamento de processos de erosão que até então não tinham entrado em ação — isso não modifica em nada as leis da erosão.

Estas notas não pretendem esgotar uma questão que é uma das mais delicadas de nossa ciência; têm por intuito apenas mostrar o caráter errôneo de toda concepção não-dialética das relações entre a Geografia física e a Geografia humana. Na prática, até aqui, essas concepções têm-se manifestado sobretudo sob a forma de uma interpretação esquematicamente determinista da influência do meio natural sobre a vida de grupos humanos, interpretação cujo corolário inevitável é a falsa análise da ação e das possibilidades de ação do homem sobre a natureza.

Esse determinismo tem suas raízes no idealismo em Geografia física: "O desconhecimento das leis da natureza no domínio da Geografia física impede os homens de levá-las em conta, de se apoiar nelas, de aplicá-las com habilidade, de explorá-las para imprimir às forças destrutivas da natureza uma outra direção, fazendo-as servir à sociedade" — assim escreveu Stalin¹. Chega-se assim a impotência do homem diante da natureza —

¹ Intervenção do Círculo dos geógrafos nas Jornadas de Ivry, Nouvelle Critique, abril-maio 1953, p.268.

portanto, a influência determinante do meio natural sobre a vida dos grupos sociais. É a porta aberta a todos os erros em Geografia humana e às suas utilizações neomaltusiana, racista, colonialista ou geopolítica.

Partindo de uma análise insuficiente dos fatos físicos e humanos, indiferentes ao caráter dialético das relações entre o homem e a natureza, esse determinismo substitui os processos reais por interpretações construídas sobre algumas coincidências e destituídas de valor.

Esse idealismo grosseiro suscitou na Geografia humana as mesmas vigorosas reações que em Geografia física. Atualmente deixou-se de explicar a repartição do habitat rural pela natureza do solo ou pela raça dos ocupantes. R.Dion, A.Demangeon, A.Cholley, mostraram a inutilidade destas teses e encaminharam a pesquisa das explicações válidas para vias mais frutíferas. Mas esse determinismo não foi de todo desarmado. Citou-se o perturbador exemplo de Huntington, que explica o maior ou menor dinamismo das populações pelo caráter mais ou menos ciclonal do clima das regiões em que elas habitam...¹ Sem chegar a um determinismo tão grosseiro, uma análise insuficiente dos fatos humanos conduz necessariamente a uma falsa interpretação do papel do meio natural.²

1 E.Huntington, Principles of human geography. New York, 1951, 6.^a ed. C.R. por P.George no nº 326 dos *Annales de Géographie* juil/août, 1952, pp.280-284.

2 Grifo da tradução.

Assim ao procurar os fatores humanos que explicam a redução, pelo homem, da "capacidade nutritiva da terra" (conceito já falso em si mesmo), M.Vogt esquece o principal, isto é, os métodos predatórios de exploração inerentes ao sistema capitalista, o que o leva a limitar arbitrariamente esta "capacidade nutriente", fazendo-o chegar a conclusões neomalthusianas, categoricamente desmentidas pela evolução das relações entre o homem e a natureza na URSS e nos países de democracia popular.

Por mais difícil que seja, a interpretação exata do papel do meio natural permanece um objetivo a atingir, tanto pelos geógrafos não-marxistas, que continuam, no conjunto, a superestimar este papel, como o provam, na França, a maior parte das grandes obras de Geografia Regional, em particular, como pelos geógrafos marxistas, que apesar de seu esforço sistemático de interpretação dialética, caem por vezes no excesso inverso: a negação da influência do meio, que é também, portanto, um meio seguro de concluir pela impotência do homem em face da natureza.

É partindo de interpretações falsas dessa unidade da Geografia que se chega a elaborar as teses mais nocivas aos progressos da Geografia Humana, as mais suscetíveis de serem utilizadas imediatamente por uma política criminosa. Por isso, essa procura de uma concepção justa da unidade da Geografia é essencial para dar

ã Geografia humana bases verdadeiramente científicas.

Em relação à Geografia física, parece que a Geografia humana está menos adiantada no caminho que conduza uma análise objetiva e completa dos fatos. Durante muito tempo, com efeito, o complemento inevitável do determinismo físico foi uma escolha arbitrária dos fatos a serem estudados. Considerava-se, por exemplo, a situação, o sítio, o plano das cidades, o agrupamento ou a dispersão do habitat rural, em suma, o continente, passível de ser inscrito numa carta, mas não o conteúdo humano. A atividade dos homens na superfície do globo não era estudada senão muito parcialmente, em suas formas, e não na totalidade de seus aspectos: estudava-se como vivem os homens, mas não do que eles vivem. É a esta concepção que a noção de gêneros de vida, por exemplo, responde. Explicava-se isso pela ação do meio natural e pelas influências raciais, religiosas, etc., ou seja, pelos fatores cuja existência não se nega, mas que permanecem secundários. O que mostra bem a insuficiência e, em consequência, o erro de uma tal interpretação, é que ela não pode parecer válida senão para "alguns grupos humanos numericamente muito fracos que conservam uma estrutura econômica e social próxima à das sociedades primitivas".¹ Seria necessário procurar outros fatores de explicação, quando se tentasse aplicar

1 Intervention du Cercle des géographes aux Journées d'Ivry, já citado, p.269.

a noção de gênero de vida às sociedades de estrutura social complexa.

De um modo mais geral, as correntes de que procede, entre outras coisas, a noção de gênero de vida não podiam ser fecundas, pois elas negligenciavam aquilo que é o problema central da Geografia humana, isto é, a produção, o partido que o homem tira do meio em que vive para satisfazer suas necessidades essenciais. Quais são os meios materiais da produção? Como os homens se organizam para empregá-los? Ou seja: que relações unem — e ao mesmo tempo opõem — as classes sociais entre si? Quem possui, quem utiliza esses meios de produção? Tais são os fatores essenciais da vida dos grupos humanos na superfície do globo; os outros nada mais são do que conseqüência deles. Certamente, esses fatores atuam sobre os meios de produção, dando-lhes certos aspectos geo-gráficos próprios, diferentes de uma nação para outra, de uma região para outra. Nem por isso são eles mais secundários.

Entretanto, o estudo da produção continuava sendo o domínio de uma geografia econômica puramente descritiva e estatística, bem distinta da Geografia humana, que a classe dirigente estava longe de desejar que se orientasse para a explicação dos fatos geográficos, mas na qual ela podia ir buscar informações práticas e dados de que tinha necessidade para gerir seus negócios.

O vigoroso esforço para sair desse impasse, realizando um pouco mais cedo, parece, do que em Geografia física, permitiu à Geografia humana efetuar um indiscutível progresso, mostrando que o econômico e o humano não eram senão dois aspectos de um mesmo fato, e introduzindo os processos econômicos como fatores de explicação dos fenômenos humanos. Estudam-se as estruturas agrárias que se introduziram como fator de explicação da repartição do habitat rural; empreende-se o estudo funcional das cidades, liga-se demografia e economia, circulação das mercadorias e meios de transportes etc.; se não se abandona a idéia de gêneros de vida, tenta-se adaptá-la à nova corrente; abordam-se problemas essenciais, como o do desigual desenvolvimento econômico de diversos países.

Mas não era suficiente introduzir os fatores econômicos na Geografia humana para se estar seguro de ter colocado de maneira justa os problemas e de lhes trazer soluções verdadeiramente científicas.

É certo, por exemplo, que se encara a cidade, desde então, como lugar de produção, estudando-se suas funções econômicas, seu conteúdo humano. Constata-se a segregação social, e até mesmo racial conforme os bairros, e relaciona-se isso com a existência de classes sociais diferentes. Mas, como explicar que, na mesma cidade industrial, certos bairros operários sejam consti-

tufidos por cidades-jardins, outros pelas mais sôrdidas aglomerações de casas da cidade velha se não se leva em conta que o "imperialismo; que proporciona os lucros de monopólios elevados a um punhado de países muito ricos, cria a possibilidade econômica de corromper a camada superior do proletariado..., tende a criar entre os operários..., categorias privilegiadas e a desligá-las da grande massa do proletariado?"¹ Da mesma maneira, reconhece-se daí em diante que um povoado habitado principalmente por trabalhadores agrícolas numa região de grandes explorações não tem as mesmas características de um povoado de pequenos proprietários exploradores. Mas como explicar que haja tão poucas semelhanças entre os lugarejos de trabalhadores agrícolas da França e os da Malásia, por exemplo? Certamente, as condições naturais, as raças, as tradições, as técnicas são diferentes. Mas há um fato mais importante ainda: as relações entre as classes sociais não são as mesmas num meio colonial e num país capitalista industrializado. Ora, para compreender corretamente este fato, é necessário considerar ao mesmo tempo todos os processos econômicos, sociais e políticos de correntes do fato colonial, cuja convergência explica, juntamente com as condições locais de sua aplicação, o aspecto deste ou daquele.

1. Lénine, *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*, p.93, Editions Sociales, 1952.

aquele povoado agrícola.

Um último exemplo: o impulso econômico e social da URSS, seu caráter recente (nenhum outro país pôde, desde 1927, desenvolver uma economia industrial cujos níveis de produção por habitante sejam comparáveis aos da Europa Ocidental e da América do Norte. Todos os outros países novos tiveram um começo muito precoce) e também a rapidez desse progresso (nenhum país jamais conheceu, no melhor período de seu desenvolvimento, um tal ritmo de industrialização). Depois de uma fase de dúvida acerca da realidade desse progresso, primeiro ele foi explicado unicamente por uma conjunção feliz de condições particulares. Depois, geógrafos cada vez mais numerosos fizeram intervir na explicação o caráter socialista do regime econômico e social da URSS. Mas isso continua a ser insuficiente para explicar por que o caso da URSS permaneceu único até a última guerra; é insuficiente também constatar, à luz da evolução dos países de democracia popular numa época mais recente, que é a manutenção do sistema capitalista que impede o progresso econômico e social dos países subdesenvolvidos; é preciso compreender também por quais processos a manutenção do capitalismo produz neles esses efeitos e por quais processos, ao contrário, o regime socialista é gerador de tal progresso e da rapidez particular desse progresso.

Avancemos um pouco mais: apenas a análise detalha-

da do sistema econômico, social e político socialista, das leis econômicas que o regem e, certamente, a análise das condições particulares nas quais essas leis exercem sua ação nas diversas regiões da URSS, permitem explicar corretamente os fenômenos da Geografia humana observáveis na URSS. De que serviria reconhecer os efeitos do sistema socialista sobre a geografia econômica da URSS, se se deixa de estudar sua influência sobre a massa de fatos concretos (habitat, nível de vida, circulação, etc.) que interessam igualmente à Geografia humana?

Assim, as explicações continuam a ser insuficientes, e os progressos se detêm se nos contentamos com uma justaposição de processos, embora exatos, que na realidade não são mais do que as formas concretas que revestem, nos fatos da Geografia humana, a aplicação das leis econômicas e históricas. Ou, depois dos esforços já realizados para atingir as verdadeiras explicações dos fenômenos humanos, voltamos a cair, um pouco mais adiante, nas interpretações esquemáticas, em que a "razão criadora" do pesquisador substitui a descoberta e a compreensão completa dos fatos e seus encadeamentos, ou se prossegue o esforço de análise, sem subtrair-lhe nenhum fato e sem jamais perder de vista que estes fatos nada mais são do que os resultados concretos da aplicação das leis da economia política nas condições variáveis segundo as regiões e segundo as sociedades criadas

pelo meio natural, pela raça, pela região, pelas tradições históricas, etc. Algumas dessas condições particulares não são, aliás, senão produtos da aplicação de leis econômicas atualmente caducas, mas anteriormente válidas.

Com efeito, os fatos atuais que a Geografia humana observa não resultam unicamente da ação de leis econômicas válidas atualmente, de resto diferentes do regime socialista para o regime capitalista. Eles obedecem também a leis históricas mais gerais, cuja ação se estende a todas as formações sociais, a todas as épocas de seu desenvolvimento. Tal é, por exemplo, a lei da luta de classes, da qual todos os fatos da Geografia humana trazem mais ou menos diretamente a marca. Outras leis caracterizam mais especialmente certas formações sociais precisas (sociedades pré-capitalista, capitalista, imperialista, socialista)¹. Noção capital para a Geografia humana, esse meio humano, ao qual, por exemplo, se aplicam hoje em dia as leis atuais do sistema capitalista, é o produto da ação das leis econômicas que caracterizam as formas de organização social que se sucederam e lhe dão finalmente seu aspecto presente. Assim, nossas grandes cidades têm seus "velhos bairros",

¹ Ver a este respeito as duas obras de J. Staline *A propos du marxisme en linguistique et Les problèmes économiques du socialisme en U.R.S.S.*

cuja forma refletem a ação de leis econômicas do passado, ao passo que seu conteúdo social é um produto direto do capitalismo atual. Por isso, a superposição, às vezes sem transição, das leis do imperialismo às que caracterizam as formações sociais comparáveis ao nosso Antigo Regime ou à nossa Idade Média explica as características principais da Geografia humana dos países coloniais.

A tarefa dos geógrafos marxistas é, então, a de conduzir seus colegas a esse caminho, de uma análise dialética dos fenômenos humanos, guiados pelo conhecimento das leis do desenvolvimento social. Mas, enquanto na Geografia física parece que os pesquisadores, marxistas ou não, progredem no caminho de explicações verdadeiramente científicas, em Geografia humana constata-se, ao contrário, uma parada dos progressos, uma cristalização em posições que é necessário ultrapassar a todo custo. Com efeito, visto que as soluções se projetam agora com clareza, essa estagnação equivale na realidade a um recuo. As tentativas de adaptação da noção de gêneros de vida aos países industriais entravam o estudo das condições de vida, dos níveis de vida, e só esse estudo responde aos problemas que realmente se colocam numa sociedade hierarquizada. As teses tecnicistas, que vêem na evolução dos meios materiais de produção o fator essencial de explicação dos fatos da Geografia humana, têm por efeito mascarar os processos mais impor-

tantes, que são econômicos. Os fatores técnicos têm certamente um papel importante na oposição entre os "gêneros de vida" urbanos e rurais, mas não constituem senão um dos elementos pelos quais se exprime a exploração dos campos pelas cidades, característica do sistema capitalista. O reconhecimento e a utilização da lei econômica do socialismo permitem, ao contrário, na URSS, um desaparecimento progressivo da oposição essencial entre a cidade e o campo.

Por que se encontra, da parte dos geógrafos não-marxistas, uma reticência em entregar-se a esse estudo do papel das leis da economia política na Geografia humana e na pesquisa de leis próprias à nossa ciência, que daí decorrem? É pesquisando as raízes profundas desta reticência que se pode, sem dúvida, encontrar sua explicação. "Enquanto no domínio da natureza a descoberta e a aplicação de uma nova lei acontece sem entrave, no domínio econômico a descoberta e a aplicação de uma nova lei, que atinge os interesses das forças decadentes da sociedade, encontram a resistência mais enérgica dessas forças."¹ Ao revelar as consequências das leis econômicas do capitalismo atual, a Geografia humana é capaz de trazer os golpes mais duros e mais diretos às tentativas efetuadas pela classe dirigente para justificar ideologicamente sua dominação. Também os seus te

1 J. Staline, *Les problèmes économiques du socialisme en URSS*.

óricos jamais deixaram de extraviar a pesquisa, de des-
viá-la das explicações reais. A Geografia humana nas-
ceu sob o signo do capitalismo em plena ascensão, e a
burguesia sempre se esforçou para fazer dela, desde seu
começo, um meio de justificar sua política. "O que tem,
sem dúvida prejudicado mais o desenvolvimento da Geo-
grafia humana é o seu *enfeudamento*¹ a um sistema econô-
mico ou a uma ideologia político-econômica. Ainda esta-
mos sofrendo as conseqüências do erro cometido, neste
sentido, no fim do século XIX, quando a Geografia eco-
nômica se mostrou a digna filha da ideologia capitalis-
ta do século XIX."² Atualmente, quando tudo o que po-
dia haver de positivo na política da burguesia desapa-
receu definitivamente e a crise generalizada do capita-
lismo se traduz por uma exasperação da exploração dos
povos, do colonialismo, pela preparação direta de uma
terceira guerra mundial, quando a URSS e as democraci-
as populares trazem, ao contrário, exemplos vivos de
uma construção econômica e social orientada para a paz
e a melhoria das condições de vida dos povos, não é de
surpreender que a pressão ideológica da burguesia so-
bre nossa ciência se tenha agravado. Essa pressão se tra-
duz no desenvolvimento de teses conscientemente falsi-

1 Grifo do autor (no original: *inféodation*)

2 A. Cholley, *La géographie, guide de l'étudiant*. Paris,
P.U.F. 195, pp. 67-68.

ficadoras feitas por alguns teóricos e pelos ataques ao marxismo, muito mais violentos e repetidos em Economia e Geografia humana do que em Geografia física, porque a ameaça para a dominação da classe burguesa é aqui mais direta. Essa ameaça é que explica as hesitações e mesmo a oposição que se manifestam em alguns, na Geografia humana; é ela que explica, em parte, nossas próprias fraquezas em nosso trabalho científico.